



A ARQUIVOLOGIA E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE POSSÍVEL CENÁRIO

Luiz Cleber Gak (UNIRIO)¹

Julia Bellesse (UNIRIO)²

Priscila Ribeiro Gomes (UNIRIO)³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo contextualizar o cenário da Arquivologia no Brasil, propondo uma reflexão consistente em torno de novas possibilidades que se mostram visíveis para o ensino da mesma. Para tanto, apresentamos a modalidade a distância como mais um caminho a ser explorado no que tange ao acesso e à democratização do ensino. Neste sentido, acreditamos que refletir sobre os benefícios de um curso a distância em Arquivologia se faz salutar não só para o desenvolvimento da área, mas principalmente para a sociedade, pois possibilitará que novas redes de conhecimento sejam tecidas com novos sujeitos. Deste modo, como metodologia, faremos uso da pesquisa bibliográfica e também de um estudo exploratório, o que nos possibilitará um levantamento dos atuais cursos, suas instituições mantenedoras, seus diálogos com EaD e as perspectivas futuras para criação de curso de bacharelado a distância. Vale acrescentar que o trabalho ainda está em fase de desenvolvimento, porém espera-se com este estabelecer conexões entre domínios de saberes, formação profissional e qualificação, vislumbrando novas possibilidades para se pensar processos educativos mais democráticos, voltados para práticas cidadãs.

Abstract: This study aims to contextualize the scene of the Archival in Brazil, offering a consistent reflection about new possibilities for teaching visible show of the same. To this end, we present the distance mode as another way to be explored in terms of access and the democratization of education. In this sense, we believe that reflecting on the benefits of a distance course in Archival is done not only for the healthy development of the area, but mainly for society, because they allow new knowledge networks are woven with new subjects. Thus, as a methodology, we will make use of literature as well as an exploratory study, which will enable us to present a survey of courses, institutions, sponsors, their dialogues with distance education and future prospects for creating bachelor degree from a distance. It is worth adding that the work is still under development, but this is expected to make connections between areas of knowledge, training and skills, envisioning new possibilities for thinking about educational processes more democratic, citizen-oriented practices.

¹ Luiz Cleber Gak, Docente da UNIRIO

² Julia Bellesse, Docente da UNIRIO

³ Priscila Ribeiro Gomes, Docente da UNIRIO



A EAD interessa a muitos. Ao Estado, para expandir rapidamente a formação universitária em todo o país; às universidades públicas, como forma de ampliar seus serviços sem precisar construir novas instalações; às instituições privadas de ensino, atraídas pela possibilidade de reduzir seus custos operacionais com uma grande demanda de alunos virtuais; e, finalmente, aos fabricantes de equipamentos e softwares, que comemoram um novo mercado. Do ponto de vista dos estudantes, principalmente os que trabalham e/ou residem em locais distantes das grandes metrópoles, a EAD democratiza o acesso ao ensino superior, quebrando as barreiras geográficas. (OLIVEIRA, 2001)

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de um projeto que ainda está em fase de desenvolvimento, e tem como objetivo propor reflexões acerca de novas possibilidades para o ensino de Arquivologia.

A formação em Arquivologia no Brasil ainda é um grande desafio para a educação. Em mais de trinta anos, após a criação do primeiro curso de bacharelado em Arquivologia no país (1977), o número de cursos presenciais ainda é muito tímido e de certa forma, também não atende a demanda da necessidade brasileira por esse profissional, que abre frente de atuação nas mais diversas áreas do conhecimento humano, inclusive na docência e na pesquisa.

O aumento de cursos presenciais de Arquivologia é lento e não acompanha o desenvolvimento do sistema de educação brasileira no sentido de não retornar à sociedade o volume de profissionais qualificados que esta sociedade demanda.

Observa-se que de 1977 até 1996 (20 anos) apenas 4 cursos foram criados: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Federal Fluminense – UFF e Universidade de Brasília - UnB; de 1997 até 2006 (10 anos) apenas 6 cursos foram criados: Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Estadual Paulista – UNESP e Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, e com o “incentivo” do Programa de Apoio a Programas de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI, 2007), de 2007 a 2009 (três anos) mais 5 cursos de bacharelado em Arquivologia foram criados: Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Fundação Universidade do Rio Grande –



FURG; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Acredita-se que os cursos de Arquivologia presenciais existentes ainda não atendem a demanda de profissionais formados nas próprias áreas geográficas e nesse sentido, o mercado de trabalho se utiliza de outros profissionais que não possuem a qualificação vinculada à Arquivologia para o desenvolvimento das atividades arquivísticas.

Observa-se também que a política da educação superior insiste na direção do crescimento das matrículas nas universidades e o aumento da taxas de conclusão de cursos, implicando em aumento de profissionais no mercado de trabalho e que seja cumprido apenas no tempo regulamentar dentro da universidade.

Nessa linha de raciocínio, entendendo que uma meta fundamental do Plano Nacional de Educação é incluir 33% de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior até o ano 2020, isso nos permite propor reflexões que nos conduzam a pensar que talvez não seja somente com a educação presencial que se conseguirá atingir tal propósito e, neste sentido, a Arquivologia, como membro participante do ensino de terceiro grau, tem um papel importante no alcance dessa meta.

2 A ARQUIVOLOGIA E ALGUNS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A expansão recente da educação brasileira pode estar alicerçada em pelo menos sete instrumentos importantes: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996); Plano Nacional da Educação (PNE, 2001); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2004); Universidade Aberta do Brasil (UAB, 2005); Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007); Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI, 2007) e Plano Nacional de Educação (PNE, 2011).

A Lei n. 9394/96- LDB abre inúmeras possibilidades para a educação superior, baseada no princípio do direito universal de educação para todos. O artigo 80 em seus primeiros parágrafos contempla a EaD dando um grande incentivo ao desenvolvimento de programas de educação a distância, como podemos observar:

Art. 80: O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§1o : A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.



II REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Rio de Janeiro - 16 a 18 de novembro de 2011

§2o : A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§3o : As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

O Plano Nacional de Educação 2001-2010, Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, apresenta para a educação superior 31 objetivos e metas das quais se destacam: a) o provimento, até o final da década, de pelo menos 30% na faixa etária de 18 a 24 anos, b) o estabelecimento de um sistema de educação a distância, utilizando, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.

Esse plano orienta para uma ampliação da educação superior e a partir dele são articulados alguns instrumentos e dispositivos legais como os apresentados a seguir:

O Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei n. 10.461 de 14 de abril de 2004, tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Estabelece como finalidades: a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Por meio de avaliações, o SINAES também orienta para o crescimento da oferta na educação superior.

Em 2005, o Ministério da Educação cria o Sistema UAB, em parceria com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), visando a “expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de ensino superior no País”.

O sistema UAB fomenta a articulação e parcerias entre os níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas, funcionando como um excelente instrumento de cidadania para as áreas interioranas do Brasil, diminuindo a oferta de cursos de graduação presencial nos centros urbanos e formando profissionais qualificados.

A UAB firma-se em cinco pilares fundamentais:

- Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;



- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;

- avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo Ministério da Educação;

- Estímulo à investigação em educação a distância no país;

- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação a distância.

É por meio da UAB que muitos cursos de graduação a distância estão sendo desenvolvidos em muitas universidades federais do país.

Visando a atingir algumas metas estabelecidas no PNE (2001-2010), que até a metade da década de 2000 ainda não haviam sido atingidas sequer 50% de várias delas, o governo federal apresenta o Programa de apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, objetivando principalmente, a criação de condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior.

A meta global do REUNI estabelece a elevação gradual da Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação presenciais (TCG) para 90% e a relação professor aluno de 1/18 e aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação ao final de 5 anos, a partir de 2007.

O novo Plano Nacional de Educação (2011-2020), Lei 8.035 de 2010, estabelece diretrizes e metas para um período de 10 anos e um dos objetivos é de incluir 33% de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior até o ano 2020.

Todos esses instrumentos legais corroboram a necessidade de ampliação da oferta na educação superior, principalmente no ensino presencial, no entanto, o PNE 2001-2010 não atingiu, pelo menos, uma das metas estabelecidas, ou seja, a de inclusão de 30% de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior.

A principal forma de expansão do ensino superior nos últimos anos se deu principalmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil (UaB), com a educação a distância.

Em consulta apresentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES, estima-se que até 2013 o sistema UaB ampliará sua rede de cooperação para alcançar a totalidade das Ipes (Instituições Públicas de Ensino Superior) brasileiras e atenderá 800 mil alunos por ano.



II REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Rio de Janeiro - 16 a 18 de novembro de 2011

No texto do PNE 2011-2020 aparece a meta de expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu a distância por meio da UAB.

Com o REUNI, a partir de 2007, houve um aumento considerável dos cursos de graduação presenciais em Arquivologia no Brasil. De 10 cursos até 2007 - UNIRIO (1977), UFSM (1977), UFF (1978), UnB(1991), UEL(1998), UFBA(1998), UFES(1999), UFRGS(1999), UNESP (2002) e UEPB (2006), para 15 cursos em funcionamento em apenas três anos de 2007 a 2009, os cursos já mencionados e mais UFPB (2007), FURG (2008), UFMG (2008), UFAM (2008) e UFSC (2009) e mesmo com essa expansão, até 2006 o número de bacharéis em Arquivologia não passava de 5.000 e calcula-se que até o ano 2020 o número de bacharéis em Arquivologia não chegará a 10.000.

No entanto, até 1996, no Brasil só existiam quatro cursos regulares de bacharelado em Arquivologia, como apresentado acima, A partir de então, o número de cursos vem aumentando, principalmente com o incentivo do REUNI.

Essa significativa expansão ainda está longe de atender as necessidades de um país de proporções continentais, que possui mais de 5.550 municípios e que muitos deles sequer possuem orientações genéricas sobre organização, armazenamento e preservação de documentos e nem outras atividades básicas inerentes aos arquivos, tais como gestão de documentos e informação, arranjo e descrição de documentos, políticas de acesso a informação, conservação preventiva de documentos, gerenciamento da informação e outras.

O quadro abaixo apresenta a situação numérica dos graduados em Arquivologia no Brasil, desde o ano de 1977, ano do início das atividades dos cursos até o ano de 2010, intervalo de 33 anos.

Instituição	Unidade Acadêmica	Estado	Intervalo	Egressos
UNIRIO	Centro de Ciências Humanas	Rio de Janeiro	1977-2010 (33 anos)	1403
UFSM	Centro de Ciências Sociais e História	Rio Grande do Sul(Santa Maria)	1977-2010 (33 anos)	600
UFF	Departamento de Ciências da Informação e Documentação da Faculdade de Ciências Sociais	Rio de Janeiro (Niterói)	1978-2010 (32 anos)	820
UnB	Departamento de Ciência da Informação	Brasília	1991-2010 (19 anos)	865
UFBA	Instituto de Ciência da Informação	Bahia (Salvador)	1998-2010 (12 anos)	119



II REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E
PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Rio de Janeiro - 16 a 18 de novembro de 2011

UEL	Departamento de Ciências da Informação do Centro de Educação	Paraná (Londrina)	1998-2010 (12 anos)	267
UFES	Departamento de Ciência da Informação	Espírito Santo (Vitória)	2000-2010 (10 anos)	312
UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	2001-2010 (09 anos)	145
UNESP	Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências	São Paulo (Marília)	2002-2010 (08 anos)	78
UEPB	Ciência da Informação	Paraíba	2006-2010 (04 anos)	37
Total de egressos em Arquivologia no Brasil.....				4.646

Quadro 1: Egressos dos cursos de Arquivologia 1977-2010

Fonte: elaboração dos autores

Em face da necessidade de profissionais graduados e qualificados é que uma providência eficaz e a curto prazo deve ser tomada: trata-se de responder a desafios sócio-educacionais lançados não apenas aos educadores atuantes na área específica, como também aos envolvidos em outros domínios do ensino em ciências sociais aplicadas, igualmente comprometidos com a formação social brasileira.

Ampliar a formação em nível superior na área arquivística, com a garantia de qualidade, é tarefa imperiosa aos detentores do poder decisório da formação. Com uma população superior a 190 milhões de habitantes, cujo exercício dos direitos básicos de cidadania depende, em grande parte, da adequada gestão de documentos de arquivos, a nação observa, passivamente, a memória nacional ser atingida por constantes entraves ao acesso a informações suportadas nos documentos de arquivo.

É de domínio público que a maioria dos arquivos estaduais e municipais, sem excluir inúmeros arquivos privados, encontra-se desprovida de pessoal habilitado para atender as necessidades da área.

Na Lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos figura, destacando no seu artigo 1º., o



[...] dever do poder público à gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

Cumprir esse dispositivo legal pressupõe, em qualquer das esferas do governo, garantir condições materiais, técnicas e humanas, que, infelizmente, estão longe de alcançar um patamar de qualidade mínima em nosso país, haja vista a sua dimensão e as evidências de grandes bolsões de miséria e disparidades educacionais de toda sorte.

Tornam-se imperiosos e urgentes estudos que apontem possíveis caminhos para qualificar profissionais da informação capazes de reverter, por força de sua atuação, o quadro de exclusão em que se encontra um grande número de brasileiros, alijados de suas memórias que sequer sabe de suas garantias de direitos como cidadãos, a começar pelo direito à própria história, que naturalmente passa pelo resgate dos arquivos locais.

Nesse percurso, o agente de socialização e salvaguarda das memórias sociais produzidas, destinadas à desvelar o peso da sua historicidade, é o arquivista.

Para uma demanda sempre crescente desse profissional arquivista, é necessário refletir sobre outras possibilidades de ações formativas, com qualidade, presenciais ou não, analisando e respeitando as particularidades práticas e teóricas dos cursos de Arquivologia.

3 VISUALIZANDO UM NOVO CENÁRIO PARA A EDUCAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL: QUESTÕES E OBJETIVOS

A história da Arquivologia é muito recente, porém a história dos arquivos é, paradoxalmente, muito antiga. A primeira compreende toda uma empreitada que diz respeito aos princípios e teorias clássicas e modernas, abarca toda uma complexidade de normas, regras e paradigmas voltados para a cientifização do seu objeto de investigação: os arquivos, esses velhos companheiros testemunhos do processo de historização do homem.

A segunda mergulhada e comprometida com os vários estágios de socialização do homem, especialmente no que se refere aos aspectos antropológicos.

A Arquivologia se traduz através da evolução do homem e a cada momento busca sintetizar o seu pensamento através de seus ângulos de visão – o particular e ou universal.

Na visão particular, objetiva relacionar os mais diversos resultados oriundos de seu novo cotidiano, às suas mais diversas similitudes.



O sentido de universal encontra-se empregado de uma razão inequívoca, que é aquela encarregada de convidar a si, a viajar pelos caminhos e descaminhos da modernidade, sem, contudo, desprender todas as velhas e profundas raízes do seu novo cotidiano.

A conjugação do presente-passado-futuro da arquivística, nos leva aos mais longínquos pensamentos acerca de seu redimensionamento, enquanto misto de ciência-arte-técnica. Suscita-nos a refletir sobre os seus cenários de origem na projetiva de seus cenários futuros.

Esses cenários repletos de metáforas da própria existência e essência do homem.

O cenário passado, representado por um turbilhão de artefatos, fragmentários dos tempos históricos. Cenário presente que nos vem através dos símbolos de representação da memória do hoje e finalmente o cenário futuro que sintetiza a visão do profissional do tempo invertido futuro-passado-presente.

Nessa reviravolta nos deparamos com a reavaliação dos modelos antigos através da refutação dos mesmos, num viés de redescobertas e combinações variadas em múltiplos espaços e tempos.

As novas formas de representação correspondem a uma nova relação do ser humano com a realidade. O pensamento contemporâneo está moldado por uma complexidade que o diferencia radicalmente das estruturas do pensamento linear dominante antes da revolução tecnológica. A evolução informática, emblematicamente determinou a revolução do cotidiano humano.

O homem rompeu barreiras. As barreiras dos seus próprios limites. Manifestações impulsionaram o homem a partilhar múltiplas cenas de situações da totalidade – mundo. Tudo isso também faz parte do conjunto de essências e de possibilidades comuns a qualquer homem, é o que nos diz Milton Santos (2000).

O homem avança na difusão avassaladora da criação da ordem da racionalidade pragmática, enquanto os seus hábitos e vicissitudes de cotidianos primitivos são deixados para traz como resíduos da banalização do seu próprio tempo.

Nesse sentido, surge então uma nova utopia, baseada em pressupostos de uma nova educação. Uma educação comprometida com os processos de relativização das várias experiências do homem, transportando-o por entre os vários tempos: absolutos e relativos, na consagração de suas conquistas culturais/pedagógicas.

Assim, funciona a educação em espaço de alquimia de experiências do social, sempre apontando na direção e projeção de cenários futuros.



Sob o signo da revolução tecnológica desponta a educação a distância, enquanto elemento mutante do processo de socialização das multifacetadas dos diversos saberes.

Nessa direção, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa sobre os rumos da educação arquivística no Brasil (GAK, 2004), realizada entre os anos de 2001 e 2003, observou-se que no contexto dos cursos de bacharelados em Arquivologia no Brasil, a aplicação da Educação a Distância (EaD), visando a ampliação da formação em nível nacional não era factível, pois não havia conhecimento consistente na área de Arquivologia sobre essa modalidade de educação e os atores envolvidos na questão arquivística ainda não tinham segurança ou confiança na aderência da Educação a Distância em Arquivologia para a realização de tal projeto.

De 2004 até 2011 somente um curso de pós-graduação lato-sensu em Arquivologia, utilizando a educação a distância foi implementado (UFSM) e ainda não se discutiu, no âmbito da política de formação arquivística, a possibilidade de um curso de graduação em Arquivologia nessa modalidade.

É inegável a evolução e aplicação da Educação a Distância em várias áreas do conhecimento humano, no entanto, observamos na Arquivologia algumas carências, ou até mesmo ausências (SANTOS, 2003) no tocante à prática dessa modalidade de ensino, nos levando a problematizar algumas questões, como:

1- Os cursos de bacharelados presenciais em Arquivologia no Brasil ainda desconhecem, desconfiam ou têm pouca informação sobre Educação a Distância ?

2 - Com o reforço atual do capital intelectual nos cursos de Arquivologia das universidades brasileiras será possível implantar e implementar um curso a distância que contemple as áreas onde o presencial não atinge?

3 - Qual a perspectiva de se efetivar um bacharelado em Arquivologia a distância até o ano de 2020?

4- Qual o impacto de uma graduação a distância em Arquivologia?

5- Quais os benefícios dessa modalidade, principalmente se levarmos em consideração os serviços arquivísticos que se materializam no cotidiano das cidades do interior?

Na tentativa de dialogarmos com as questões apresentadas, achamos coerente elegermos como objetivo geral um estudo que nos possibilitasse um entendimento mais amplo acerca das ações concretas que vêm sendo realizadas nos cursos de Arquivologia no Brasil, com vistas à realização de um curso de bacharelado a distância em Arquivologia, de modo a nos permitir traçar um panorama sobre o tema.



Em seguida, buscaremos desdobrar o nosso estudo, tendo como foco os seguintes objetivos específicos:

- 1- Identificar as atuais universidades brasileiras mantenedoras de cursos de Arquivologia e quais possuem estruturas física e pessoal para realização a distância, procurando seguir os parâmetros de qualidade para EaD do MEC;
- 2- Analisar as perspectivas de planejamento, implementação e gestão de curso de bacharelado em Arquivologia a distância;
- 3- Discutir acerca da necessidade de promoção de acesso a esses cursos, seja em nível regional ou nacional.

4 A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE

O tema estudado apresenta-se relevante principalmente se levarmos em consideração o contexto atual no qual vivemos, onde as mudanças das tecnologias da informação e comunicação (TICs) se mostram crescentes. Isso nos faz pensar o quanto este cenário é favorável para almejarmos novas possibilidades de construção do conhecimento. A EaD apresenta-se neste contexto como mais um caminho a ser explorado no que tange ao acesso e à democratização do ensino.

Neste sentido, acreditamos que refletir sobre os benefícios de um curso a distância em Arquivologia se faz salutar não só para o desenvolvimento da área, mas principalmente para a sociedade, pois possibilitará que novas redes de conhecimento sejam tecidas com novos sujeitos.

Com base em dados do Censo da Educação Superior é possível perceber o exponencial crescimento da EaD, em 2009. Os cursos de EaD aumentaram 30,4% em relação a 2008. De acordo com o INEP, neste período, os cursos na modalidade distância atingiu 14,1% das matrículas no ensino superior. Para ter uma idéia do crescimento, observa-se que em 2001 as pessoas que faziam cursos superiores a distância eram 6.618 e em 2009 passaram para 302.525.

Alguns fatores são determinantes para o desenvolvimento da EaD, ou seja: o tamanho do Brasil, país com dimensões continentais que dificulta o acesso de cidadãos residentes em cidades interioranas às universidades que geralmente estão localizadas nos grandes centros urbanos, a flexibilidade de horários que permite combinar trabalho e estudo, a qualidade do



ensino que deve ser a mesma do presencial e a vontade política dos governos em atender uma demanda reprimida na educação superior.

Em relação à flexibilidade de horários, Moran (2002) tece considerações muito interessantes, ao nos propor um modo diferente de conceber a relação tempo e espaço.

O conceito de curso, de aula também muda. Hoje, ainda entendemos por aula um espaço e um tempo determinados. Mas, esse tempo e esse espaço, cada vez mais, serão flexíveis. O professor continuará "dando aula", e enriquecerá esse processo com as possibilidades que as tecnologias interativas proporcionam: para receber e responder mensagens dos alunos, criar listas de discussão e alimentar continuamente os debates e pesquisas com textos, páginas da Internet, até mesmo fora do horário específico da aula. Há uma possibilidade cada vez mais acentuada de estarmos todos presentes em muitos tempos e espaços diferentes (p. 02)

Deste modo, baseados em Moran (2002), acreditamos que:

A educação a distância pode ser feita nos mesmos níveis que o ensino regular. No ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. É mais adequado para a educação de adultos, principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa, como acontece no ensino de pós-graduação e também no de graduação (p.01).

Moran em seus vários artigos, dentre eles - “para onde caminhamos na educação?”, alerta para a complexidade educacional que se apresenta cada vez mais acentuada, pois “sai mais do espaço físico da sala de aula para ocupar muitos espaços presenciais, virtuais e profissionais; porque sai da figura do professor como centro da informação para incorporar novos papéis” (2005). E esta complexidade deve ser vista como algo muito positivo, já que “sai do aluno individual para incorporar o conceito de aprendizagem colaborativa, de que aprendemos também juntos, de que participamos de e contribuímos para uma inteligência cada vez mais coletiva” (2005).

Assim sendo, é por esta estrada que vislumbramos também que a Arquivologia caminhe durante seu percurso, expandindo-se em outras direções, de modo a proporcionar novas possibilidades para o ensino da mesma.

5 O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA



Segundo Oliveira (2001), a EaD já existe há pelo menos 150 anos em todo mundo , tendo sua explosão em 1990, principalmente pelo surgimento das megauniversidades que se espelhavam na Universidade Aberta de Londres, criada em 1969, o que só foi possível graças aos avanços das TCIs.

Oliveira (2001) complementa dizendo que no Brasil a EaD conheceu, a partir dos anos de 1970, diferentes etapas evolutivas, que tiveram início com os cursos de correspondência. Ainda no contexto brasileiro, a autora diz que:

A EaD tornou-se mais significativa a partir da década de setenta, com a oferta de programas de teleeducação e, nesse novo século, o país busca formas alternativas concretas para, ao lado do sistema convencional, garantir que a educação seja direito de todos e facilitar uma inovação cultural em toda a sociedade, visando diminuir as desigualdades sociais.

Podemos dizer que, hoje, a EaD se faz essencial quando discutimos políticas educacionais. Sua importância é tão relevante que ganhou espaço nos textos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9394/96), onde encontramos: *“incentivar o desenvolvimento de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades, e de educação continuada”*.

Deste modo, buscando atingir os objetivos deste estudo, realizaremos uma pesquisa quanti-quali, conforme nos sugere Minayo:

Do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. De que adianta ao investigador utilizar instrumentos altamente sofisticados de mensuração quando estes não se adequam à compreensão de seus dados ou não respondem a perguntas fundamentais? Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna "objetiva" e "melhor", ainda que prenda à manipulação sofisticada de instrumentos de análise, caso deforme ou desconheça aspectos importantes dos fenômenos ou processos sociais estudados. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade (1993, p. 11).

Além disso, utilizaremos pesquisa bibliográfica e também um estudo exploratório, o que nos possibilitará um levantamento dos atuais cursos, suas instituições mantenedoras, seus diálogos com EaD e as perspectivas futuras para criação de curso de bacharelado a distância.

Vale ressaltar ainda que esta metodologia tem como ponto referencial para o seu desenvolvimento, a UNIRIO, e está sendo realizada no período compreendido entre 2010-



2012, tendo como campos de observação os cursos presenciais de bacharelado em Arquivologia do Brasil.

Cabe acrescentar que este ensaio integra-se ao grupo de estudo Memória, Educação, Cultura e Arquivística e vincula-se ao campo de concentração Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea, encontrando-se na linha de pesquisa Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Espera-se com este estudo estabelecer conexões entre domínios de saberes, formação profissional e qualificação, vislumbrando novas possibilidades para se pensar processos educativos mais democráticos, voltados para práticas cidadãs.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certos de que ainda temos um longo caminho a percorrer, esperamos com este estudo, que ainda encontra-se em fase de desenvolvimento, articular possíveis diálogos e reflexões acerca da temática da Educação a Distância no campo arquivístico, de modo a estabelecer conexões entre domínios de saberes, formação profissional e qualificação, vislumbrando novas possibilidades para se pensar processos educativos mais democráticos, voltados para práticas cidadãs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=100&sid=5>>

Acesso em: 10 jun. 2011.

CAPES. *Apresentação Catálogo*. Disponível em: <

<http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/apresentao.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

CARVALHO, Ana Beatriz; SILVA, Eliane Moura. Políticas Públicas em Educação a Distância e a Formação de Professores no Estado da Paraíba. In: *IV SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE*, 2006.



ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. *Estruturação das equipes e das áreas de educação a distância nas organizações*. 2006. Disponível em <<http://www.enap.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

GAK, Luiz Cleber. *Rumos da Educação Arquivística no Brasil*. Tese de Doutorado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior, 2009*. Disponível em:< <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? Scielo Brazil: *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 09, n.03, jul/set. 1993. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1993000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 mai. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância. *Tecnologia Educacional*, v .29, n. 149, p. 3-11, abr. mai. jun. 2000.

_____. Lei n. 9.394 de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). *Diário Oficial da União*. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, n. 248, 23 dez. 1996. p .27833-27841.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2001. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/leis/L10172.htm>>. Acesso em 03 ago.2011.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03ato2004-2006/2004/lei/L10.861.htm>> Acesso em 02 ago. 2011.

MORAN, José Manuel. *O que é Educação a Distância*. Disponível em : <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

_____. *Para onde caminhamos na Educação?* Disponível em:
<<http://www.eca.usp.br/prof/moran/caminhamos.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2010.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. *Educação a Distância na transição paradigmática*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia-MG, 2001.



II REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E
PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

Rio de Janeiro - 16 a 18 de novembro de 2011

PDE. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. MEC. Brasília, 2008.

PNE. *Plano Nacional de Educação 2011-2020*. MEC. Brasília, 2011. Disponível em:
<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/12514/mec-divulga-plano-nacional-de-educacao-2011-2020>

REUNI. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. *O que é REUNI: apresentação*. Disponível em:
<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=2>.
Acesso em 12 jul. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Em: Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto : Afrontamento, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, D.F.A. *Modelo de Maturidade de Processos de Gestão Acadêmica em Instituições Privadas de Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2009.

UAB. Universidade Aberta do Brasil. Instituições UAB. Disponível em:
<<http://www.uab.capes.gov.br/index.php>>. Acesso em 18 jul. 2011.